

TCE-RO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Av. Presidente Dutra, 4229 – Pedrinhas – CEP 76801-327 – Porto Velho/RO
Fone (69) 3211 9037/9128 – Fax (69) 3211-9034
presidencia@tce.ro.gov.br

AO EXPEDIENTE

Em: 10 DEZ 2013

Presidente

Proj. de Lei Complementar nº. 173/13

OFÍCIO Nº. 565/GP/2013

Porto Velho, 09 de dezembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Dep. Estadual **JOSÉ HERMÍNIO COELHO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Nesta

Assunto: **Encaminha Mensagem e Projeto de Lei Complementar ref. alteração dos art. 22, 25 e 29 da LC 154/96**

Senhor Presidente,

Ao tempo em que cumprimento Vossa Excelência, encaminho, para apreciação e deliberação dessa egrégia Casa de Leis, Mensagem e Projeto de Lei Complementar que acrescenta o inciso IV ao art. 22 e art. 29, revoga a alínea “b” do art. 29 e altera o parágrafo único do art. 25, todos da Lei Complementar n. 154, de 26 de julho de 1996, com o objetivo de adequar a instituição do Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal à legislação pátria.

Certo de que esta proposição terá por parte desse poder legislativo a atenção que sempre foi dispensada a esta Corte de Contas, apresento a Vossa Excelência e demais pares votos de consideração.

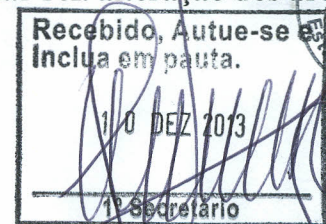
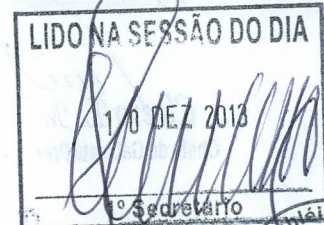
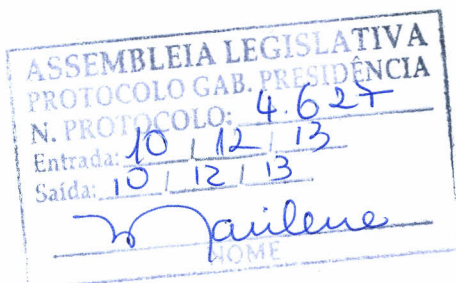
Atenciosamente,

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

10 DEZ 2013

Protocolo: 065/13
Processo: 065/13

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente



MENSAGEM

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Deputados,

Encaminho a Vossas Excelências, para a elevada apreciação e deliberação dessa Colenda Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, o anexo Projeto de Lei Complementar que acrescenta o inciso IV ao art. 22 e art. 29, revoga a alínea “b” do art. 29 e altera o parágrafo único do art. 25, todos da Lei Complementar n. 154, de 26 de julho de 1996.

Insta ressaltar que a iniciativa de proposição desta Lei Complementar está amparada no art. 39 da Constituição Estadual, que aduz: “A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao *Tribunal de Contas*, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição”. (grifo nosso).

A presente alteração legislativa, em cumprimento ao disposto no Plano Estratégico 2011/2015 desta Corte de Contas, **versa tão somente acerca de adequação à instituição do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia**, guardando perfeita sintonia com o que prescreve a Legislação Nacional, pois a Lei que dispõe sobre a informatização do processo judicial – Lei n. 11.419/2006 – assevera, em seu artigo 4º, que *os tribunais poderão criar Diário da Justiça eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos judiciais e administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral*.

Neste ponto, releva-se importante frisar que, por se tratar de mera correspondência ao sistema processual pátrio, o presente projeto de Lei Complementar **não gera qualquer incremento de despesa, isto é, não há majoração de subsídio ou remuneração** de quaisquer agentes – membros ou servidores – deste sodalício.

Por essa razão, ao presente projeto de lei não foi anexado o estudo de impacto orçamentário financeiro, uma vez que, repito, **não há qualquer majoração à despesa realizada por esta Corte de Contas**.

Diante do exposto, e nos termos das normas legais, tenho a certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências à aprovação da inclusa propositura.

Porto Velho, 09 de dezembro de 2013.



JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente

Acrescenta o inciso IV ao art. 22 e art. 29, revoga a alínea “b” do art. 29 e altera o parágrafo único do art. 25, todos da Lei Complementar n. 154, de 26 de julho de 1996.



O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Esta Lei acrescenta o inciso IV ao art. 22 e art. 29, revoga a alínea “b” do art. 29 e altera o parágrafo único do art. 25, todos da Lei Complementar n. 154, de 26 de julho de 1996, de modo a compatibilizar a publicação das decisões do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia com o seu Diário Oficial eletrônico.

Art. 2º. A Lei Complementar n. 154, de 26 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 22. A citação, a audiência, a comunicação de diligência ou a notificação far-se-á:

.....

IV – pela publicação da decisão colegiada ou singular no Diário Oficial eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, para interposição de recursos, pedido de reexame e recolhimento da dívida a que se refere o art. 19 e seu parágrafo único desta Lei Complementar. (AC)

.....

Art. 29. Os prazos referidos nesta Lei Complementar contam-se da data:

.....

IV - da publicação da decisão colegiada ou singular no Diário Oficial eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, para interposição de recursos, pedido de reexame e recolhimento da dívida a que se refere o art. 19 e seu parágrafo único desta Lei Complementar. (AC)”

.....

Art. 25. O responsável será notificado para, no prazo estabelecido no Regimento Interno e no Acórdão, efetuar e comprovar o recolhimento da dívida a que se refere o art. 19 e seu parágrafo único desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A notificação será feita na forma prevista no inciso IV do art. 22 desta Lei Complementar. (NR)”

Art. 3º. Ficam revogados a alínea “b” do art. 29 e o parágrafo único do art. 22, ambos da Lei Complementar n. 154, de 26 de julho de 1996.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em _____ de _____ de 2013, ____º da República.

CONFÚCIO AIRES MOURA

Governador